

## PREFÁCIO

Luiz Carlos Bresser Pereira

Vera Thorstensen, Yoshiaki Nakano, Camila Faria Lima e Cláudio Seiji Sato (1994) *O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos*. São Paulo: Nobel.

Os sinais de que o Brasil começa afinal a superar a grande crise econômica dos anos 80 são cada vez mais claros. Esta crise, definida por altas taxas de inflação e estagnação da renda por habitante, teve como origem uma profunda crise do Estado, que, por sua vez, caracterizava-se por dois elementos básicos: (1) a crise fiscal, resultado de anos de desenvolvimentismo, de populismo e de endividamento externo fácil, e (2) do esgotamento do modelo de industrialização substitutiva de importações. A superação da crise, entretanto, revelou-se particularmente difícil, não apenas porque o ajuste fiscal e a mudança na estratégia de desenvolvimento implicavam em confrontar interesses estabelecidos de toda ordem, mas também porque o próprio diagnóstico da crise só foi feito de maneira abrangente em torno de 1987, depois do fracasso do Plano Cruzado. Antes disso o país, ainda intoxicado com os êxitos econômicos do passado, recusava-se a admitir que estava imerso em uma grave crise.

Uma vez feito o diagnóstico, ficou claro que uma ampla reforma do Estado se impunha: o ajuste fiscal, a privatização e a liberalização comercial. Entre 1987 e 1993 estas três tarefas foram iniciadas e realizadas com relativo êxito. Devido, entretanto, a uma básica incapacidade técnica por parte das equipes econômicas de enfrentar a inércia inflacionária, a estabilização, embora insistentemente perseguida, não foi alcançada nesse período. Só em 1994, com o Plano Real, foi dado o passo decisivo nesse sentido.

Alcançada a estabilização ou a quase-estabilização e parcialmente reformado o Estado, coloca-se agora o problema de retomar o desenvolvimento. E para isto, é necessário definir uma nova estratégia de inserção do Brasil na

economia internacional. Este livro é uma contribuição do Instituto Sul-Norte para o tema.

*O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos* é, sob esse ponto de vista, um livro extremamente oportuno, porque trata, no momento exato, de um tema que exigirá decisões estratégicas decisivas por parte do Brasil. Definir sua forma de inserção na economia mundial será optar uma estratégia de desenvolvimento. E para isto, embora tenha sido fundamental a decisão de abrir a economia para a concorrência internacional, está claro que isto não basta. Bastaria se vivêssemos em um mundo ideal de países competindo livremente no comércio internacional. Mas a economia globalizada dos nossos dias está longe de pautar-se por esse padrão.

A tese fundamental do livro é a de que o Brasil precisa rever com urgência seu auto-diagnóstico - o de que seria um "small global trader" com vocação para negociar indistintamente com todos os países do mundo, levando em consideração as mudanças que ocorreram no cenário econômico mundial nas duas últimas décadas. O Itamaraty tem resistido a essa revisão. Em um certo momento, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a direção do Ministério das Relações Exteriores, pareceu que a política externa brasileira finalmente mudaria, tornando-se coerente com a abertura comercial. Mas afinal essa mudança não se concretizou, prevalecendo a visão nacionalista do Brasil, que recusa a filiação do país a um grande bloco comercial, na medida em que esta decisão implicaria em uma abertura ainda maior, embora direcionada. Segundo essa perspectiva, o Brasil teria uma vocação intrínseca para o comércio multilateral, não consultando seus interesses a participação em um Bloco das Américas.

O Brasil precisa rever sua estratégia de inserção internacional não apenas porque o modelo de substituição de importações esgotou-se, e porque a abertura comercial demonstrou que o Brasil possui uma indústria internacionalmente competitiva, mas também porque a economia mundial sofreu nos últimos 20 anos um extraordinário processo de transformação, que o primeiro capítulo deste livro analisa de forma brilhante.

Primeiro, a economia globalizou-se definitivamente devido ao grande aumento do comércio internacional, dos investimentos multinacionais e das transações financeiras internacionais. Segundo, a Terceira Revolução Industrial, baseada na microeletrônica e na organização flexível e cooperativa do trabalho, aumentou dramaticamente a produtividade das empresas, obrigadas a sobreviver em um mercado internacional cada vez mais competitivo não apenas porque os

custos dos transportes e das comunicações baixou, mas também porque a crise fiscal do Estado do Bem-estar, no países desenvolvidos, levou os governos a ajustes fiscais necessários mas recessivos.

Terceiro, houve um forte aumento da concorrência internacional, em decorrência da desaceleração das taxas de crescimento nos países centrais. Estes países centrais enfrentam desde os anos 70 uma problema fundamental mas nem sempre nítido - a crise fiscal e a crise do modo de intervenção do Estado - que, na América Latina e no Leste Europeu, apareceu com toda clareza nos anos 80. Em consequência desta crise, que imobilizou o Estado, e não obstante o aumento da eficiência das empresas, ocorreu uma forte desaceleração das taxas de crescimento dos países centrais, quando comparadas com as verificadas entre 1945 e 1973, e um significativo aumento do desemprego. A resposta à crise foi tornar a competição entre os países muito mais acirrada.

Finalmente, uma quarta transformação da economia internacional foi o desaparecimento da hegemonia econômica norte-americana e a formação de três grandes bloco regionais: o Bloco Europeu, o Bloco da América do Norte, e o Bloco Asiático. Enquanto os Estados Unidos eram o país hegemônico, sua estratégia era necessariamente multilateral. Sua expectativa, como a da Inglaterra no século XIX, era a de ser dominante em todos os mercados. No momento, entretanto, que a Europa organizou-se em bloco formal e cresceu, e que o Japão liderava um bloco de produção informal mas extremamente dinâmico na Ásia, não sobrou outra alternativa para os Estados Unidos senão organizar seu próprio bloco.

Em síntese, o comércio internacional tornou-se mais aberto na medida em que os países subdesenvolvidos abriram suas economias unilateralmente e os países desenvolvidos o fizeram em função da Rodada do Uruguai. Mas, ao mesmo tempo, mais administrado, na medida não apenas que os blocos regionais estabeleciam preferências comerciais, mas também que os acordos formais e informais entre governos e o aumento das transações comerciais intra-empresas e intra-setores tornavam o comércio internacional crescentemente administrado. A abertura comercial e a redução dos custos dos transportes e das comunicações apontaram na direção de uma competitividade cada vez mais agressiva, levando os governos e as empresas, para se protegerem, a várias formas de comércio administrado, as quais, entretanto, não evitaram a concorrência, apenas a regularam. O que se formou foi um *network* de acordos formais e informais e de relações comerciais competitivas, que efetivamente coordena o comércio internacional.

É dentro desse quadro que o Brasil precisa tomar suas decisões. Abriu sua economia porque precisava também beneficiar-se da concorrência internacional, que obriga as empresas a aumentar sua produtividade e garante uma alocação mais racional de recursos. Mas agora precisa proteger sua economia de uma concorrência que, através do comércio administrado, acaba se tornando ainda perigosa para aqueles que dele estejam excluídos. De que forma proteger-se? Voltando ao protecionismo substituidor de importações? Paralisando sua abertura? Obviamente, não.

As formas de proteção hoje disponíveis para os países são positivas, não negativas. Em primeiro lugar, o Brasil precisa negociar sua admissão no Bloco da América do Norte em conjunto com o Mercosul. A recente transformação do Mercosul em uma união aduaneira, com tarifa externa comum, foi um grande avanço. Em segundo lugar, precisa desenvolver uma política industrial e tecnológica coerentes, que garanta espaço para as exportações brasileiras. Participar de um bloco não significa, obviamente, renunciar à vocação multilateral do Brasil. Significa apenas fazer uma opção preferencial por um dos três blocos - aquele que naturalmente temos maior afinidade, não apenas devido ao maior interesse dos Estados Unidos na América Latina, mas também porque esse país já é hoje mais aberto para as exportações brasileiras de manufaturados.

Este livro analisa e defende essa opção para o Brasil. É um trabalho de análise, mas também é uma fonte de informações, na medida em que, depois de fazer, nos primeiros capítulos, uma análise das tendências da economia mundial e do comércio internacional brasileira, faz um pormenorizado estudo dos três grandes blocos regionais e de suas relações com o Brasil. É um livro que recusa qualquer tipo de abordagem dogmática, seja ela de caráter neoliberal, livre-cambista, seja de caráter nacionalista, protecionista, preferindo uma perspectiva pragmática. Seus autores sabem que o desenvolvimento do mercado interno e a distribuição de renda são essenciais para o país, mas sabem também que isto só será possível se o Brasil for capaz de, agressiva e firmemente, conquistar um espaço no cenário econômico mundial.